

9 DIAGNÓSTICO SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA E DE SUAS REGIÕES NO PERÍODO RECENTE

Este capítulo tem por objetivo apresentar um diagnóstico do Estado da Bahia do ponto de vista social e ambiental no período recente. No diagnóstico do desenvolvimento social e ambiental, identificou-se os seus principais problemas com suas respectivas causas.

9.1 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS DO ESTADO DA BAHIA

A Fundação Getúlio Vargas divulgou que o Brasil tem 29,3% da sua população em situação de indigência, vivendo abaixo da linha da miséria absoluta. É a população que passa fome. São 50 milhões de brasileiros nessa situação, isto é, quase a população que o país tinha em 1970. A situação no Estado da Bahia é ainda pior. O Estado da Bahia, que a propaganda oficial apresenta como uma unidade em franco desenvolvimento, é a quinta unidade federativa do Brasil em termos de miséria, com, nada menos de 54,80% dos seus habitantes vivendo com menos de R\$ 80 por mês, passando fome.

A miséria da Bahia só ganha, pela ordem, para a do Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, enquanto, no outro extremo, está São Paulo, com 10,41% da população nessa situação. De 27 Estados que compõem a unidade federativa brasileira, a Bahia encontra-se em quinto lugar em termos de miserabilidade, e essa população, a maioria, vive basicamente na região do Semi-Árido, mas, também, na Região Metropolitana de Salvador onde o índice de desemprego é elevado — o maior das regiões metropolitanas — embora existam alguns municípios com receita elevada, como Camaçari, São Francisco do Conde e Dias D'Ávila, dentre outros.

Um fato indiscutível é o de que estamos, a cada dia, mergulhando o país mais profundamente na miséria. Os brasileiros estão morrendo diariamente aos milhares por não terem o que comer, ou até água para beber. Não é por puro acaso que o presidente eleito recentemente Luiz Inácio Lula da Silva adotou como medida prioritária de seu governo o combate à fome. O Semi-Árido baiano, por exemplo, é um desafio difícil de vencer, por ser uma das regiões mais inóspitas do planeta, assim como é difícil vencer o desafio da miséria no Nordeste. O governo nada faz, não ajuda, não há um plano desenvolvimentista para a região e os organismos, tipo SUDENE e DNOCS, que deveriam participar do planejamento para vencer a miséria, fracassaram.

Os últimos dez anos de administração de governantes do Estado da Bahia liderados pelo senador Antônio Carlos Magalhães na Bahia aprofundaram de 1991 a 2001 a desigualdade na distribuição de renda, colocaram mais trabalhadores na informalidade e atrasaram o crescimento econômico do Estado, conforme pode ser constatado analisando-se o capítulo 6. Essas conclusões contrastam com os elogios propagados pelos liderados do senador Antônio Carlos Magalhães que, nos últimos 30 anos, exerce a hegemonia do poder político no Estado da Bahia com “mão-de-ferro”. Mas elas surgem das estatísticas oficiais do governo baiano, baseadas em dados de órgãos estaduais e do IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A desigualdade social no país não melhorou na década de 1990 (os 50% mais pobres detinham, em 1999, 14% da renda nacional, o mesmo percentual que tinham em 1992), mas no Estado da Bahia não houve resultados melhores. De 1992 a 1999, o décimo mais pobre da população baiana ficou ainda mais pobre. Em 1992, dividia 1,7% da renda apurada no Estado. Em 1999, passou a repartir menos ainda, 1,5%. Já os ricos ficaram ainda mais ricos. O décimo mais abastado da população elevou sua participação na renda de 46,7% para 47,1%, durante o mesmo período. Os dados foram divulgados em 2000 pela SEI — Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão ligado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Integram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Assim como no resto do país, as condições de emprego dos trabalhadores na Bahia se deterioraram entre 1992 e 1999. O número de empregados com carteira (que têm direitos trabalhistas assegurados) foi reduzido em 10%, o equivalente a 9.758 postos de trabalho. O número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 16%, passando de 1,085 milhão para 1,262 milhão. Na contramão da reforma administrativa que o governo federal vem tentando impor a Estados e municípios, a Bahia registrou aumento de 69% no grupo de funcionários públicos e militares, que se elevou de 121,8 mil para 206,2 mil no Estado de 1992 a 1999. Apesar disso, obter emprego está mais difícil na Bahia do que em outros Estados: o PIB baiano vem crescendo mais devagar do que o PIB do Brasil. Entre 1990 e 2000, o produto interno bruto do país registrou variação de 30,1%. Nesse mesmo período, a economia da Bahia cresceu apenas 26,6%.

Cresceu, também, o desemprego na RMS. Informações do Anuário Estatístico de 2000 da SEI revelam que a região registrou taxas de desemprego de 21,6% em 1997, de 24,2% em 1998 e 1999 e de 25,2% em 2000. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego aberto (30 dias) em Salvador passou de 10,3% em novembro de 2000 para 11,1% em abril de 2001, mas, em Porto Alegre, ela caiu de 7,0% para 6,3%. É claro que nem tudo piorou na Bahia: de 1991 a

2000, a taxa de fecundidade caiu de 3,33 filhos por mulher para 2,3, a expectativa de vida subiu de 64,74 anos para 67,7 anos, e a taxa de mortalidade infantil caiu de 61,5 óbitos em cada mil nascidos vivos para 45,6.

A Bahia registrou o maior número de analfabetos, a maior quantidade de domicílios sem banheiro ou sanitário e o maior número de casas sem abastecimento de água e coleta de lixo no Brasil. É também o Estado brasileiro com mais domicílios sem rede geral de esgoto ou fossa séptica. Os dados são do IBGE cujos números absolutos colocam a Bahia com o maior contingente de pessoas vivendo em condições subumanas entre 1991 e 2000.

Dos 3,1 milhões de domicílios particulares baianos, nada menos que 762 mil não têm banheiro ou sanitário, o que representa cerca de três milhões de baianos fazendo suas necessidades físicas ao relento em pleno Século XXI. Esse número chega a ser 20 vezes maior do que os registrados por outros Estados. Até mesmo em números relativos, a Bahia tem um dos piores índices de domicílio sem instalação sanitária, ficando em 23^o lugar no país. A coleta de lixo na Bahia só chega a 1,9 milhão de residências, ou seja, 40% das casas jogam os detritos a esmo.

O IBGE informa que o Estado da Bahia possui 13 milhões de habitantes, o que equivale a uma população de cinco milhões de baianos sem a coleta de lixo. Os dados do IBGE mostram, ainda, que mais de um milhão dos domicílios no Estado não possuem abastecimento de água da rede geral, ou seja, a água é adquirida em poço, nascente ou diretamente em rios e lagoas. Resultado: são mais de quatro milhões de baianos bebendo água sem tratamento. A pesquisa diz que, também nesse caso, nenhum outro Estado possui tantas residências nessas condições precárias.

Dos 10,3 milhões de baianos com idade igual ou superior a dez anos, 8,1 milhões são alfabetizados no Estado da Bahia. São mais de dois milhões de analfabetos a partir de dez anos de idade. Nenhum outro Estado apresenta tantos analfabetos. Os municípios de Coronel João Sá, Araci e Dário Meira apresentam os piores índices, com metade de suas populações analfabetas. A situação não é mais drástica pelo fato de que a Bahia apresentou, nos últimos dez anos, um dos menores índices de crescimento populacional do país. Cresceu 10,1% e a média no Brasil foi de 15,6%.

Cabe observar que durante o período das “secas” ocorre no Semi -Árido da Bahia a destruição das lavouras e a mortandade de animais fazendo com que milhares de pessoas se defrontem com o problema da fome e da falta de água. Esse fato faz com que boa parte de sua população migre para outras regiões da Bahia ou do país e os que ficam se submetam, sobretudo em

épocas de eleições, aos ditames das oligarquias rurais ao trocarem água por votos nos candidatos dos “coronéis”.

Não bastassem os problemas de saneamento e educação, o IBGE revelou também que o rendimento médio mensal dos chefes de família na Bahia é de R\$ 460, superior apenas a Alagoas (R\$ 454), Maranhão (R\$ 343) e Piauí (R\$ 383). Só para se ter uma idéia, a renda média das famílias nas demais regiões são: Norte (R\$ 577), Centro-Oeste (R\$ 589), Sudeste (R\$ 945) e Sul (R\$ 796). A Bahia registra, ainda, a quarta maior concentração de renda do Brasil, ficando atrás apenas de Ceará, Alagoas e Pernambuco.

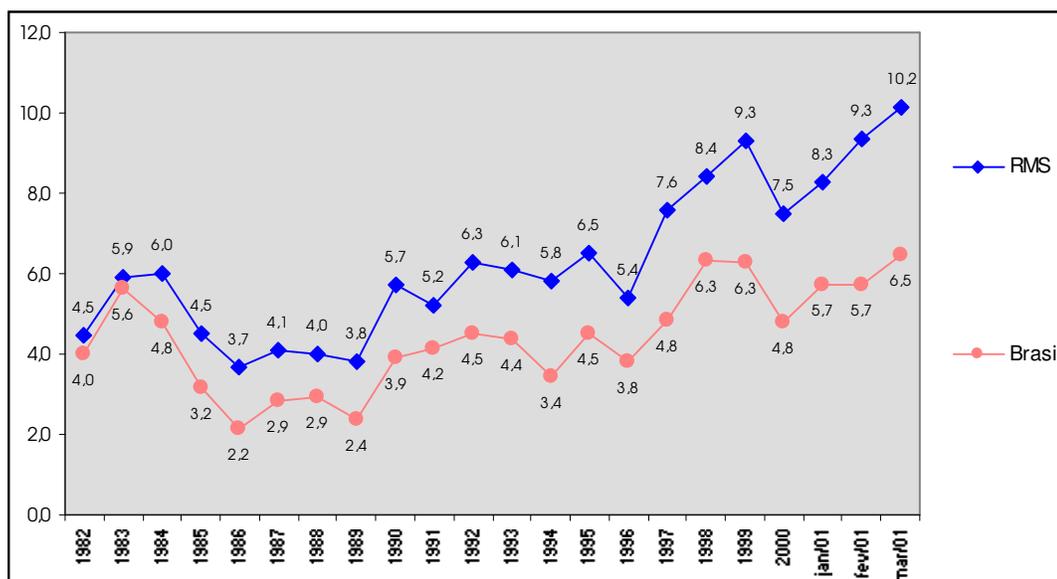
Depreende-se pelo exposto que os principais problemas sociais existentes no Estado da Bahia são:

- Elevado nível de desemprego
- Má distribuição da renda
- Pobreza extrema

9.1.1 Taxas de desemprego no Estado da Bahia

O Gráfico 40 apresenta as taxas de desemprego na RMS — Região Metropolitana de Salvador e no Brasil no período 1982/2001. Sua análise permite constatar que as taxas de desemprego na RMS superam as do Brasil e que, a partir de 1990, elas adquiriram uma tendência crescente.

Gráfico 40 – Taxa de desemprego aberto (%)



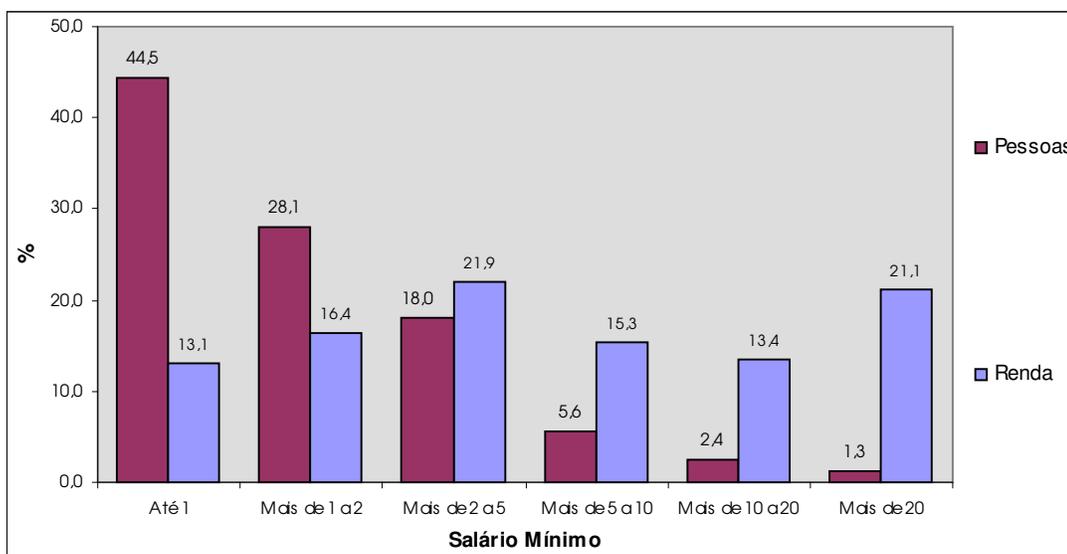
Fonte: IBGE.

9.1.2 Distribuição de renda no Estado da Bahia

O Tabela 40 no capítulo 7 mostra a distribuição de renda pessoal na Bahia segundo as classes de renda em 1981, 1990, 1993 e 1995. Em 1995, 72,6% da população da Bahia ganhava até dois salários mínimos, enquanto 3,7% da população percebia mais de dez salários mínimos.

O Gráfico 41 demonstra cabalmente as desigualdades sociais existentes na Bahia. Enquanto 44,5% das pessoas dispõem de apenas 13,1% da renda total, 1,3% da população dispõe de 21,1% da renda gerada na Bahia. O gráfico espelha a grande concentração de renda existente no Estado da Bahia.

Gráfico 41 – Distribuição de renda na Bahia – 1981/1995



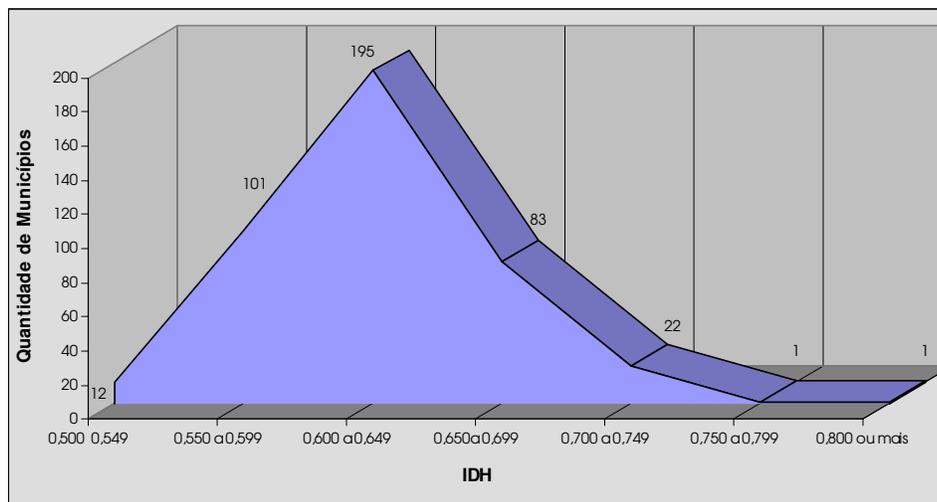
Fonte: SEI.

9.1.3 O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano no Estado da Bahia

O Gráfico 42 apresenta a concentração dos municípios da Bahia por faixa de IDH com base em dados extraídos do ANEXO C. Sua análise permite constatar que todos os municípios apresentam IDH superior a 0,50. Por sua vez, a análise do mesmo anexo, que informa os valores da renda *per capita*, do índice de longevidade, do índice de educação, do índice de renda, e a classificação dos municípios do Estado segundo o IDH, permite constatar que os municípios da RMS são os que apresentam os maiores valores para o IDH liderando Salvador

com a marca de 0,805.

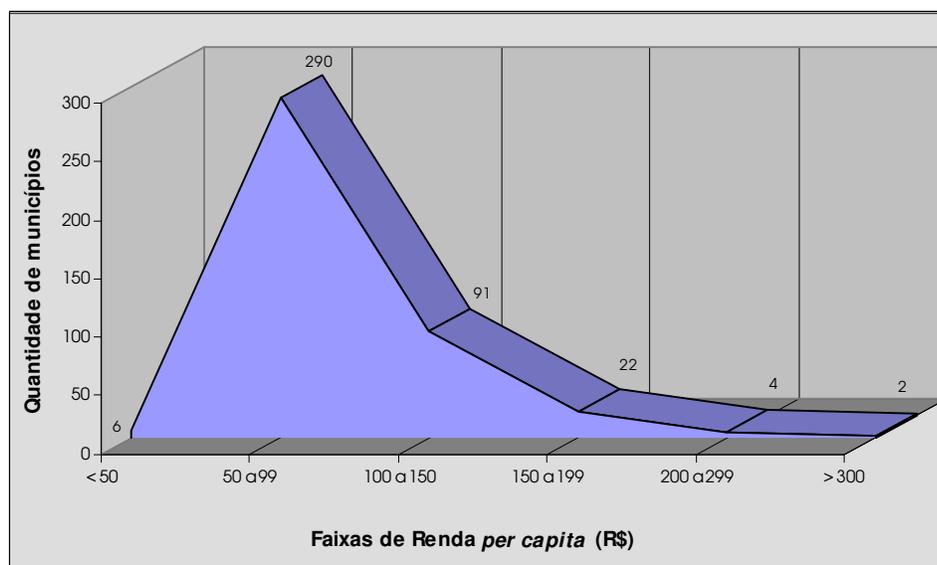
Gráfico 42 – Índice de desenvolvimento humano dos municípios do Estado da Bahia – 2000



Fonte: IPEA/PNUD, 2003

O Gráfico 43 mostra a renda *per capita* dos municípios do Estado da Bahia segundo sua ordem de classificação. Sua análise permite constatar que a maioria absoluta dos municípios do Estado da Bahia apresentou uma renda *per capita* inferior a R\$ 100,00 no ano 2000.

Gráfico 43 – Renda *per capita* dos municípios do Estado da Bahia – 2000

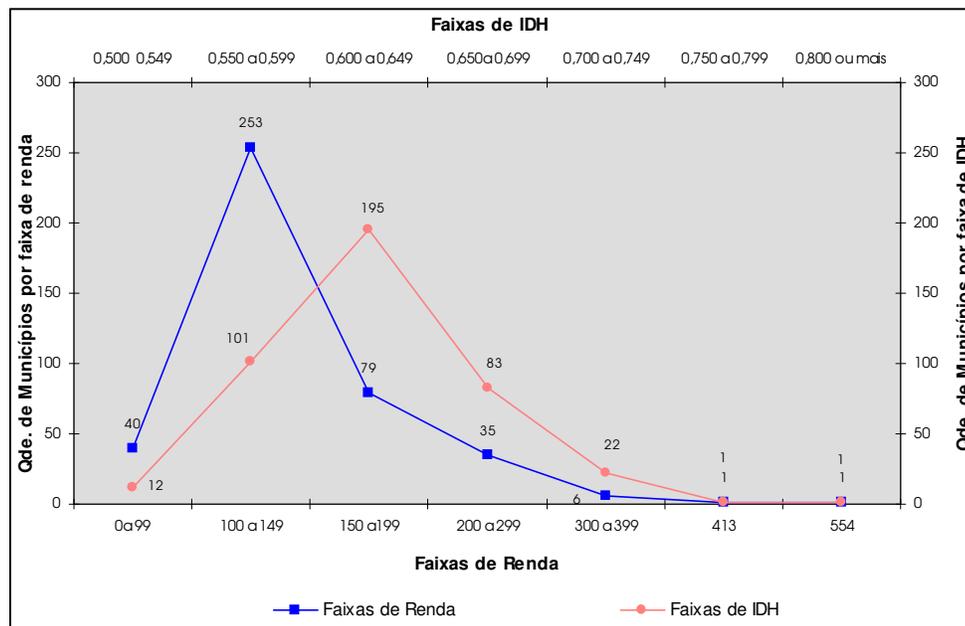


Fonte: IPEA/PNUD, 2003.

A análise do Gráfico 44, que apresenta a concentração dos municípios do Estado da Bahia em relação à renda *per capita* e ao IDH, indica que, quanto maior é a renda *per capita*, maior é o

valor do IDH, o que significa dizer que quanto maior é o desenvolvimento econômico de um município, maior será o seu desenvolvimento social.

Gráfico 44 – Renda *per capita* x IDH dos municípios do Estado da Bahia – 1998



Fonte: IPEA/PNUD, 2003

9.1.4 O desenvolvimento social por região econômica do Estado da Bahia

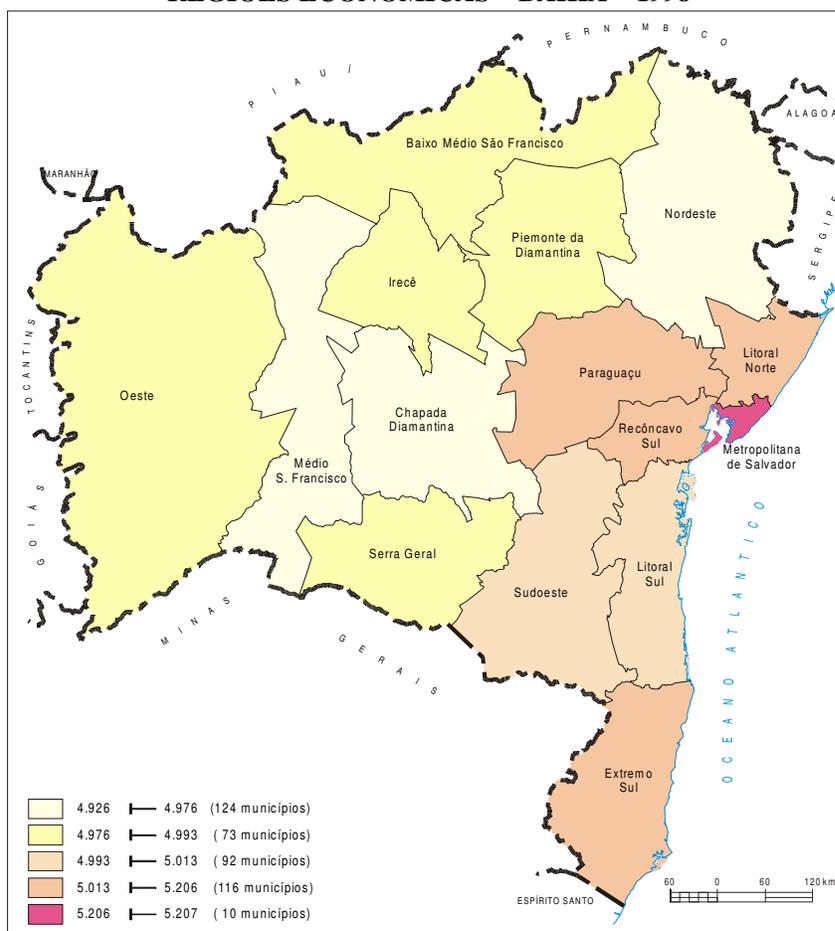
Os índices de desenvolvimento social apresentados no Mapa 58 foram calculados pela SEI segundo critérios próprios. Revela a existência de menor assimetria em comparação com os Índices de Desenvolvimento Econômico apresentados no capítulo 8, em que 162 municípios (39%) encontram-se acima da média estadual (índice 5000), representada no ano de 2000 pelo município de Ibititá (Região Econômica de Irecê). Os índices confirmam a natureza distributiva das políticas públicas representadas pelas variáveis que compõe o IDS: saúde, serviços básicos, educação e renda do chefe de família.

O conceito de Desenvolvimento Social adotado pela SEI está fundamentado no pressuposto de que a população dos municípios está sendo atendida por serviços de educação e saúde, ao tempo em que tem acesso aos serviços de água tratada e energia elétrica. Encerra também a idéia de que os chefes de família recebem, de algum modo, uma remuneração mensal. Para exprimir esse conceito, o IDS — Índice de Desenvolvimento Social é construído através dos índices INS, INE, ISB, IRMCH.

INS — Índice do Nível de Saúde — construído a partir das variáveis: doenças de notificação obrigatória e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidos (esse último entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico). O INS pressupõe que, se a população estiver bem assistida na área de saúde e saneamento, os níveis de ocorrência das doenças redutíveis por imunização e saneamento básico tendem a ser baixos.

Na indisponibilidade de medidas de qualidade dos serviços de saúde para os municípios baianos, procura-se aferir o nível de atendimento à população agregando indicadores referentes à oferta de serviços, como número de profissionais de saúde, estabelecimentos de saúde, vacinações e leitos.

MAPA 58
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SEGUNDO AS
REGIÕES ECONÔMICAS – BAHIA – 1998



Fonte: SEI.

INE — Índice do Nível de Educação — expresso através de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas do ensino

formal, do pré-escolar ao nível superior.

ISB — Índice da Oferta de Serviços Básicos — expresso através das variáveis consumo de água tratada e de energia elétrica residencial, considerados serviços essenciais.

IRMCH — Índice da Renda Média dos Chefes de Família — expressa o rendimento médio dos chefes de família, supondo toda unidade familiar com um chefe auferindo rendimento mensal.

Para a elaboração desses cálculos e, conseqüentemente, a construção desses Índices, a SEI utilizou o método dos escores padronizados por se tratar de um método que permite a comparação dos indicadores entre si e em relação à média estadual, e por permitir um acompanhamento da evolução do comportamento de cada indicador, através dos anos, para cada um dos municípios. Segundo esse método, os municípios foram classificados em ordem decrescente em cada índice, obtido através da média geométrica dos escores padronizados de cada um deles.

O Índice de Desenvolvimento Social é definido pela expressão: $IDS^4 = INS \cdot INE \cdot ISB \cdot IRMCH$.

A análise dos índices de desenvolvimento social segundo as regiões econômicas do Estado da Bahia (Mapa 57) permite constatar a existência da seguinte hierarquia entre as regiões:

- Região Metropolitana de Salvador
- Paraguaçu, Litoral Norte, Extremo Sul e Recôncavo Sul
- Litoral Sul e Sudoeste
- Oeste, Serra Geral, Baixo Médio São Francisco, Irecê e Piemonte da Diamantina
- Médio São Francisco, Chapada Diamantina e Nordeste

9.1.5 A pobreza no Estado da Bahia

Ribeiro (2003) mostra que os indicadores divulgados pelo Censo Demográfico de 2002 e os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/1999) do IBGE apontam as desigualdades e disparidades entre os centros urbanos e as zonas rurais no Estado da Bahia que têm como principal responsável a ausência de políticas públicas sistêmicas e articuladas, capazes de eliminar a carência de assistência à saúde e educação e a precariedade do saneamento básico, bem como os índices elevados de mortalidade infantil e analfabetismo, sobretudo no meio rural até períodos mais recentes.

Até a década de 1930 o Brasil era um país eminentemente rural, com poucos centros urbanos.

Sua maior concentração populacional localizava-se no Sudeste, liderada pelo Rio de Janeiro, maior centro urbano brasileiro, e São Paulo, cujo processo de urbanização encontrava-se ainda em formação. Até 1960 a taxa de urbanização brasileira situava-se em torno de 45%. No território brasileiro, os núcleos urbanos eram poucos e esparsos.

O Nordeste, assim como outras regiões brasileiras, manteve o predomínio da população rural sobre a urbana até a década de 1970. De acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2000, o processo de urbanização consolidou-se no conjunto das regiões do país com um índice variando entre 70% a 90%. Apesar de tudo, foi mantido, nas regiões Norte e Nordeste, um contingente elevado de residentes na zona rural, sendo que nessa última região o contingente absoluto tem um peso significativo na composição da população rural brasileira, representando quase 50% do total.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, o rendimento médio dos chefes das famílias brasileiras apresenta disparidades quando se comparam as áreas urbanas e o meio rural. A renda média dos chefes das famílias brasileiras é de R\$ 328,00 na zona rural, enquanto no Nordeste é de R\$186,00. Na zona urbana a renda média se eleva para R\$ 854,00, no Brasil, e R\$ 549,00 no Nordeste. A confrontação dos valores revela a dimensão da desigualdade social não só entre as regiões brasileiras, mas principalmente entre as áreas rurais e as urbanas.

No Estado da Bahia, a população rural predominou até o final da década de 1980. No Censo Demográfico do IBGE de 1991 observa-se uma reversão, pois, se ainda se contabiliza um elevado número de pessoas residindo no campo (em torno de quatro milhões de habitantes, sendo esse o maior contingente rural, em termos absolutos, de todo o Brasil), já é maior a população urbana (59,0 %), fato que se vem acentuando e consolidando, como se pode verificar no Censo Demográfico do IBGE de 2000.

Caracterizando-se como uma sociedade agrário-escravocrata até o final do século passado, o Estado da Bahia conviveu com o contraste entre a opulência e a pobreza desde os primórdios da colonização brasileira, trazendo essa dicotomia para a atualidade. Registram-se, no meio rural baiano, elevados índices de pobreza, constatando-se, mediante a comparação entre os rendimentos médios dos chefes de família residentes na zona rural e os dos centros urbanos, dos estados brasileiros, que a Bahia se aproxima da renda média rural do Nordeste que, por sinal, é muito baixa.

Pode-se associar a baixa renda média rural do Estado da Bahia à estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários e assentada sobre grandes extensões de terra — em contraposição à existência de uma infinidade de minifúndios em que foi mantido um vínculo dos pequenos proprietários com o meio rural baiano — assim como à implantação tardia dos pólos industriais, o que contribuiu para a manutenção desse elevado número de residentes na zona rural. As cidades de médio porte não fomentaram uma oferta de mão-de-obra capaz de atrair as populações rurais, mantendo-se, desse modo, um contingente populacional significativo na zona rural e um estoque de mão-de-obra para atender às demandas dos centros urbanos.

É importante salientar que os investimentos agroindustriais e o processo de modernização da agricultura baiana introduzidos nas décadas de 1970 e 1980, assim como a ampliação da fronteira agrícola, não contribuíram para a reversão dos indicadores socioeconômicos que dimensionam a renda gerada pelas famílias e o desemprego rural, ou seja, para a redução da pobreza no campo. Até períodos recentes, a Bahia tinha uma economia assentada na cacauicultura, dentre outras lavouras de menor destaque, como a cana-de-açúcar, fumo, algodão, sisal, mandioca e cereais, além de grandes áreas de pecuária extensiva, sendo a bovina a de maior destaque. A atividade agropecuária, entretanto, caracterizava-se como tradicional, com baixa produtividade, pouca diversificação e baixa rentabilidade.

Nas áreas agrícolas, verificava-se o uso intensivo de mão-de-obra em oposição às áreas de pecuária extensiva. A população ocupada no setor rural (PEA) manteve-se elevada, apesar do êxodo verificado nesse período. Nas áreas agrícolas mais dinâmicas, entretanto, a exemplo do *agribusiness* cacau, principal produto na pauta das exportações baianas até recentemente, não houve capitalização dos lucros provenientes do desenvolvimento da lavoura em benefício da região nem se observou uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores nos anos de maior rentabilidade. Registrou-se, sobretudo, uma profunda drenagem de renda fundiária para os centros urbanos de maior porte, principalmente Rio de Janeiro e Salvador.

A participação do Estado da Bahia e do Nordeste no contexto econômico nacional destacou-se na exportação de matérias-primas e mão-de-obra para o Sudeste, principal centro receptor dos fluxos migratórios do Nordeste. A explicação para a persistência da pobreza nessa região reside nessa herança sistêmica, não superada pelo desenvolvimento econômico e muito acirrada pela falta de políticas públicas que atinjam as áreas urbanas e as comunidades rurais simultaneamente.

O interior do Estado da Bahia teve um tratamento diferenciado daquele recebido pela RMS

em termos de oferta de infra-estrutura urbana ou de ampliação do sistema educacional, de saúde pública, dos serviços básicos de energia elétrica, telefonia, água e esgoto. Além disso, encontra-se mais vulnerável às adversidades climáticas, o que reforça a desigualdade de condições do interior relativamente à faixa litorânea.

A economia do Estado da Bahia se coloca como o sexto PIB no ranking nacional. Quando se analisa a composição setorial do PIB, observa-se que o setor primário vem perdendo gradativamente a sua participação no produto estadual, tendo, em 2000, representado apenas 10% do total, enquanto o setor secundário contribuiu com 41% e o terciário, com quase 49%. Esse desempenho mostra a fragilidade do setor, cuja rentabilidade foi afetada notadamente pela queda dos preços das *commodities* no mercado externo. Por outro lado, a implantação do Plano Real pelo governo federal acarretou danos incalculáveis para a atividade agrícola, que resultaram em saldo negativo em 1995 e 1996. Na pauta das exportações, os produtos agrícolas, a exemplo do cacau e derivados e dos grãos, óleos e cereais, representam apenas 6,6% e 5,3% no *ranking* das exportações baianas em 2000, o que cria dificuldades para o setor.

Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, a população baiana ultrapassou os 13 milhões de habitantes, mantendo ainda um contingente absoluto de 4.305.639 habitantes na zona rural. A taxa de urbanização situou-se em torno de 67%, concentrando-se 23% do conjunto da população estadual na Região Metropolitana de Salvador. Observam-se fluxos migratórios significativos da zona rural para os centros urbanos no contexto intra-regional; no plano inter-regional, a RMS e o Extremo Sul receberam os maiores fluxos populacionais. O contingente rural baiano, de 32,95%, supera o índice nacional, que se situa em 19%, e aproxima-se daquele verificado para o conjunto do Nordeste, 31%, que agrega o maior contingente absoluto de pessoas residindo na zona rural (tal como a Bahia), aproximadamente 15 milhões de habitantes.

A PNAD estimou, para 1999, a população economicamente ativa (PEA) em torno de 50% da população total do Estado da Bahia. Sabendo-se que 44% do pessoal ocupado concentra-se no setor primário e que a atividade agropecuária é ainda predominante — apesar das mudanças que vêm ocorrendo com o surgimento no meio rural de atividades pluriativas, não-originárias da agropecuária, como lazer, turismo, artesanato, transportes, etc. — é visível a importância que esse setor continua desempenhando no contexto socioeconômico baiano. Isso, sobretudo no que diz respeito à absorção de mão-de-obra, apesar da redução dos postos de trabalho no campo, fomentada pelo uso intensivo de mecanização nas regiões mais modernas, pelas

freqüentes crises devidas às adversidades climáticas e ainda pela queda dos preços das *commodities* nos últimos anos.

Com base na relação de municípios classificados segundo o Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico (IGDS/96), Ribeiro (2003) selecionou para esse estudo, os 150 mais pobres. Seguindo-se a ordem dessa classificação, constatou-se que em cerca de 95% desses municípios selecionados, a população residente é predominantemente rural, confirmando-se assim que o maior índice de pobreza localiza-se de fato no meio rural. Grande parte desses municípios desenvolve uma economia de subsistência e sua emancipação política é recente (consolidando-se depois de promulgada a Constituição de 1988), o que colabora para a fragilidade institucional e organizacional das suas administrações.

Sabendo-se que a educação é um dos fatores que influenciam o desenvolvimento, torna-se importante analisar os índices educacionais com maior acuidade. De acordo com os dados divulgados pela PNAD em 1999, o Nordeste exibiu a maior taxa de analfabetismo, 26,6%, considerando-se a população de 15 anos e mais, enquanto a média brasileira situou-se em 13,3% e a Bahia, com 24,7% de analfabetos, colocou-se bem acima da média nacional. Na Região Metropolitana de Salvador, entretanto, essa taxa é de 7,6%, aproximando-se daquela dos centros mais desenvolvidos. Quando se comparam as zonas urbanas e as zonas rurais, observa-se que o analfabetismo é maior nessas últimas, tanto no Brasil como no Nordeste e no Estado da Bahia. O analfabetismo persiste, sobretudo na zona rural e seu maior contingente encontra-se entre as faixas etárias mais elevadas, isto é, entre as pessoas de 40 anos e mais.

Tomando-se como referência os indicadores de renda do Censo Demográfico do IBGE de 1991, verifica-se que a renda média percebida por, aproximadamente, 62% do total de famílias residentes no Estado da Bahia, enquadra-se numa faixa que compreende desde os sem-rendimento até aqueles cuja renda média é meio salário mínimo. Observa-se que a maior parte dessas famílias reside em municípios cuja população rural é superior à urbana, característica essa apresentada pelos 150 municípios mais pobres da Bahia, como já visto.

No universo de pessoas economicamente ativas (PEA), 42% se encontram na zona rural contra 58% na zona urbana. Os percentuais de pessoas sem instrução e com menos de um ano de estudo atingem 10% na zona rural contra 8% na urbana. Os níveis mais elevados de escolarização (as faixas entre quatro e sete anos de estudo e oito e dez anos) representam apenas 5% e 0,6% no campo, enquanto nas zonas urbanas atingem 16% e 8% respectivamente. Pode-se assim observar como o sistema educacional é ainda inconsistente na

zona rural, o que contribui para a manutenção de taxas elevadas de analfabetismo.

Os indicadores de saneamento básico confirmam as mesmas disparidades entre as cidades e o meio rural. Tomando-se os índices de abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo como prioritários na avaliação das condições de saneamento no Estado da Bahia, verifica-se que apenas 27% dos domicílios rurais são abastecidos pelo sistema de rede geral de água e que, aproximadamente, 70% deles utilizam água de poço, chafarizes, rios e lagoas. O sistema de esgotamento sanitário é bastante precário, predominando a utilização de fossa séptica, rudimentar, valas e rios; o atendimento atinge 44% dos domicílios, sendo praticamente inexistente o sistema de rede geral; quanto à coleta de lixo, é feita em apenas 7% dos domicílios rurais.

Do total dos benefícios concedidos e pagos pela Previdência Social no Estado da Bahia, cerca de 61% são destinados aos trabalhadores da zona urbana e menos de 40% aos da zona rural. Dos benefícios pagos pelo Sistema Previdenciário Nacional, 65% são destinados às aposentadorias, 41% dessas destinando-se aos inativos dos centros urbanos e 23% aos da zona rural. Os benefícios pagos pela Previdência Social se ampliam a todos os municípios e regiões do Estado da Bahia. Só na RMS são pagos mais de 34%, sendo o município de Salvador o maior beneficiário, abarcando 32% dos recursos pagos. As regiões do Paraguaçu e Nordeste são as que recebem o maior volume de recursos depois da RMS, seguindo-se o Litoral Sul. Entre os municípios, destacam-se, além de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e Paulo Afonso.

Observa-se que, em grande parte dos municípios baianos, o volume de recursos pagos constitui quase exclusivamente a única fonte de renda de grande parte das famílias, sendo considerado por alguns autores como uma forma de redistribuição de renda. Tais benefícios, em muitos municípios, superam inclusive as receitas municipais. Contudo, os inativos da zona rural não chegam a 24% do total de beneficiários pagos pelo sistema e as regiões de modernização e ampliação de fronteira agrícola não têm ainda uma participação significativa nesses benefícios, a exemplo do Extremo Sul, Oeste e Baixo Médio São Francisco. É possível, com base nesses dados, identificar os níveis de exclusão social na zona rural, considerando-se, como já se viu, o fato de que em quase 60% dos municípios baianos a população rural ainda prevalece sobre a urbana.

9.2 OS PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS DO ESTADO DA BAHIA

Existem no Estado da Bahia três grandes ecossistemas ambientais: floresta, cerrado e caatinga. A floresta que se localiza ao longo do litoral do Estado da Bahia é, “um ecossistema que apresenta feições variadas na estreita dependência dos índices pluviométricos e vai desde a floresta ombrófila densa, conhecida como mata atlântica à floresta estacional semi-decidual e à floresta espacial decidual” (CUNHA, 1995, p.12). O cerrado está concentrado no Oeste à margem esquerda do rio São Francisco, ocorrendo também nos tabuleiros da Chapada Diamantina e Litoral Norte. A caatinga, por sua vez, abrange toda a região semi-árida do Estado da Bahia que se caracteriza pela deficiência de chuvas.

9.2.1 O ecossistema floresta

Do ponto de vista ambiental, a floresta mata atlântica é o mais depredado ecossistema do Estado da Bahia, porquanto sua exploração data do Século XIV com a chegada dos colonizadores portugueses. A retirada da vegetação foi iniciada com o pau-brasil e continua até os dias atuais. Considerando o fato do povoamento do Estado da Bahia ter se concentrado no litoral onde se localiza a mata atlântica, sua depredação seria sua conseqüência natural, que continua até hoje através de loteamentos e construção de equipamentos de suporte às atividades de lazer e turismo e à implantação de lavouras e pastagens.

Nas áreas onde a concentração do cacau é maior, a floresta mata atlântica está associada a pequenas parcelas e cultivos de subsistência e semi-perenes, além da pecuária bovina para o abastecimento local. O Extremo Sul teve destino diferente. Suas terras passaram por várias tentativas de implantação de culturas perenes e semiperenes. A agricultura, ao lado da exploração indiscriminada por parte dos madeireiros e das queimadas acidentais ou criminosas, destruiu a floresta quase completamente. Salvaram-se, em parte apenas as áreas protegidas por lei sob a forma de unidades de conservação de caráter público ou privado. No Litoral Norte o quadro é similar, cujas terras pobres quanto à fertilidade natural estão concentradas em grandes propriedades rurais ou subutilizadas pela agropecuária. Essas circunstâncias associadas ao baixo custo da terra funcionaram como atrativos para a silvicultura.

A implantação da silvicultura no Extremo-Sul do Estado da Bahia substituiu a floresta nativa de natureza secundária e ocupou terras abandonadas devido ao insucesso na implantação de culturas como o café, cana-de-açúcar, pastagem e à derrubada generalizada da vegetação após a abertura da BR-101. A silvicultura vem se comportando como uma atividade promissora do ponto de vista econômico, fornecendo matéria-prima para as indústrias de papel e celulose.

Ressalte-se que, na região abrangida pelo ecossistema floresta, estão instalados os maiores complexos industriais como o Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC), o Centro Industrial de Aratu, a Refinaria Landulfo Alves, o Distrito Industrial de Itabuna, o Distrito Industrial de Itabela, além de indústrias isoladas com elevado poder de poluição que à exceção do COPEC, lançam seus efluentes quase sempre sem o devido tratamento em rios, baías e oceano.

9.2.2 O ecossistema cerrado

No final da década de 1970, iniciou-se o processo de modernização agrícola do Estado da Bahia, que se acentuou na década de 1980, com a transformação do cerrado no maior produtor de grãos do Nordeste;

a composição química dos solos, traduzida pela baixa fertilidade natural é compensada pelas excelentes características físicas, o que de fato possibilitou a adoção de corretivos e de adubos com bom desempenho para a agricultura e formação de pastos

(..) considerando -se que a colonização deste setor do território baiano passa da marca de duzentos anos, os estragos deixados pelos novos ocupantes, em apenas 10% desse tempo já são motivo de preocupação para os habitantes da região acostumados a desfrutar das disponibilidades apresentadas pelos recursos florestais, pedológicos, hídricos, paisagísticos, enfim, por todo um patrimônio construído. (Cunha, 1995, p.17)

No cerrado, os cultivos de sequeiro dominam nos limites do Estado da Bahia com os estados de Tocantins e Goiás, porque são favorecidos pelas chuvas e está localizada a maioria das nascentes dos tributários do rio São Francisco na sua margem esquerda. Nos cursos médios, desenvolve-se a agricultura irrigada através de pivô central visando a produção de grãos e hortifrutigranjeiros. A adoção desse sistema agrícola pode trazer, entretanto, grandes prejuízos ambientais ao cerrado.

Ações danosas e mal planejadas que desrespeitam as deficiências existentes no cerrado ferem as regras do desenvolvimento sustentável e são responsáveis pela degradação das nascentes, assoreamento, contaminação dos rios devido ao uso predatório e indiscriminado de suas águas, sobretudo para irrigação, e a destruição gradativa das veredas e da cobertura vegetal com sérias repercussões na vida animal devido à crescente utilização das terras para lavoura e pastagem.

Segundo Barbosa (1995), setores desse ecossistema são vulneráveis à desertificação devido às condições do solo presentes na margem esquerdas do rio São Francisco no Oeste baiano. Afirma que no nordeste baiano, na região Raso da Catarina estendendo-se até Ribeira do Amparo na direção sul e adentrando pelo Estado de Pernambuco, reside a maior concentração de áreas consideradas como altamente vulneráveis à desertificação devido às condições de

clima e relevo. Ocorrem ainda no campo dunário no Baixo Médio São Francisco e à margem esquerda do lago de Sobradinho.

9.2.3 O ecossistema caatinga

A caatinga limita-se à leste com a outrora exuberante mata atlântica que é beneficiada pela posição que ocupa em relação ao oceano e pela contribuição que dele recebe sob a forma de chuva, que alcança até 1.800 mm anuais e decresce na medida em que avança para o interior do Estado da Bahia e atinge 800 mm/ano nos limites da região semi-árida. A oeste, nos limites do semi-árido, os índices pluviométricos começam a se elevar atingindo no extremo oeste 1900 mm/ano. Como a quantidade de água que a região semi-árida recebe é insuficiente para a sustentação de corpos florestais de alto porte e densidade, surge em seu lugar espécies adaptadas que caracterizam a caatinga.

A restrição hídrica existente no semi-árido é compensada, entretanto, pela vocação natural que apresenta para a agricultura. Por essa razão, a agricultura é superada pela pecuária em relação à área ocupada no Estado da Bahia. A atividade agrícola predominante na caatinga é de subsistência. A mandioca, o feijão e o milho são cultivados em pequenas áreas nas vizinhanças das pastagens, confundindo-se com a agricultura e a vegetação natural em toda a extensão do semi-árido. As restrições climáticas que duram em torno de seis meses ou mais ocasionam um déficit hídrico acentuado na estação seca, o que dificulta o desenvolvimento regional com base no cultivo de sequeiro.

Ao longo dos rios temporários ou permanentes, as áreas cultivadas se multiplicam no Estado da Bahia. A agricultura irrigada progride às margens do rio São Francisco e no lago de Sobradinho. Das culturas permanentes, o algodão aumenta a produção e produtividade no vale do Iuiú. O sisal está disseminado em todo o semi-árido, sobretudo em Serrinha, Santa Luz, Valente e Cansanção. A pecuária extensiva foi a atividade que melhor se adaptou às condições da região semi-árida.

O ecossistema caatinga é o mais vulnerável à seca que ocorre quando a estiagem se prolonga excessivamente. Quando isso acontece, a população é levada ao desespero devido à falta d'água para seu sustento. Nesse período o rebanho é vitimado pela sede e a população enfrenta o problema da desnutrição e da fome. Nesse cenário, muitas famílias são desagregadas e muitas vidas ceifadas. Diante da impossibilidade de viver nessas condições, acontece o êxodo rural. Uma das políticas de combate à seca comumente adotada no Nordeste brasileiro é o da construção de

açudes que sempre beneficiou os grandes proprietários de terras. Ressalte-se que muitos desses açudes encontram-se imprestáveis devido à salinização de suas águas.

Levando em conta o exposto, pode-se afirmar que os principais problemas ambientais do Estado da Bahia são:

- Depredação da floresta mata atlântica
- Poluição ambiental provocada pelas indústrias ao longo do litoral onde se localiza a floresta mata atlântica
- Degradação das nascentes, assoreamento e contaminação dos rios devido ao uso predatório e indiscriminado de suas águas, sobretudo para irrigação no cerrado.
- Destruição gradativa das veredas e da cobertura vegetal com sérias repercussões na vida animal devido à crescente utilização das terras para lavoura e pastagem no cerrado.
- Vulnerabilidade da caatinga à desertificação devido às condições do clima e relevo presentes no Oeste baiano na margem esquerdas do rio São Francisco, no nordeste baiano na região Raso da Catarina estendendo-se até Ribeira do Amparo na direção sul e adentrando pelo Estado de Pernambuco e à margem esquerda do lago de Sobradinho.
- Implantação de lavouras na caatinga que demandam grande quantidade de água numa região caracterizada pelo déficit hídrico.
- A ocorrência da seca que ocorre quando a estiagem se prolonga excessivamente vitimando a população, as lavouras e o rebanho pela falta de água e levando a população da caatinga a enfrentar o problema da desnutrição e da fome.
- Salinização das águas de parte dos açudes construídos na caatinga devido às características dos solos, muitos dos quais se tornaram imprestáveis para o uso humano e animal.

9.3 PRINCIPAIS CONCLUSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA

Sobre a precária situação social existente no Estado da Bahia, pode-se afirmar que ela poderia ter sido amenizada se houvessem iniciativas governamentais destinadas à superação da

pobreza. Em primeiro lugar, seria preciso que essas iniciativas privilegiassem a adoção de políticas públicas destinadas especialmente às zonas rurais. Para se desenhar tais ações, seria importante uma efetiva mudança na forma como historicamente vem sendo tratada essa questão, ou seja, seria necessário que se adotassem políticas sistêmicas e incentivos a investimentos nessas regiões, como forma de dinamizar as economias locais, em lugar de promoverem políticas compensatórias de caráter emergencial no momento que as comunidades rurais são afetadas por situações de calamidade pública.

As políticas públicas de caráter sistêmico poderiam estimular a atividade agropecuária, mediante um sistema de crédito e de apoio técnico que viabilizasse uma série de medidas: diversificação de culturas agrícolas, introdução de novas tecnologias, incentivo à implantação de novas culturas, desenvolvimento da economia solidária, através da organização do sistema de cooperativismo e associativismo, além da introdução de atividades pluriativas que contribuíssem para a expansão do emprego, melhoria da renda e qualidade de vida das populações rurais.

Considerando-se que 44% da PEA — População Economicamente Ativa estadual ainda é composta pelo pessoal ocupado na atividade agropecuária e que a agricultura representa quase 55% do PIB agropecuário em 2000, seria recomendável que o governo do Estado da Bahia incentivasse a implantação e a intensificação de programas destinados ao desenvolvimento da agricultura irrigada e de sequeiro em áreas estratégicas do território baiano, de acordo com a aptidão e vocação agrícola de cada ecossistema. A pecuária ocupa o segundo lugar na composição do PIB agropecuário, com uma participação de 31%, e, embora seja pouca absorvedora de mão-de-obra, deveria estar articulada preferencialmente à agroindústria.

As ações do governo do Estado da Bahia para o combate à pobreza no meio rural deveria ter sido implementado contemplando um conjunto de projetos que privilegiassem as populações rurais, o emprego e as novas ocupações que estão surgindo no campo (atividades pluriativas), visando à melhoria da qualidade de vida das populações através do aumento da renda das famílias. Deveria ter sido desenvolvido um elenco de projetos, aglutinados por linhas de ações, que poderiam contemplar novas políticas sociais com o objetivo de reduzir a pobreza no mundo rural.

Como a Bahia é o 6º Estado mais rico do Brasil — ficando atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná —, os números que o IBGE apresentou expressam, com mais dramaticidade, as desigualdades e a falta de política social. A falta de eficazes políticas governamentais na promoção do desenvolvimento econômico e social tem

contribuído para agravar as condições sociais da população do Estado da Bahia. Políticas de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno, nos termos expostos no capítulo 3, poderiam promover o progresso econômico e social de todas as regiões da Bahia, complementadas naturalmente por políticas governamentais de compensação social.

Da mesma forma que o quadro social, a situação ambiental do Estado da Bahia apresenta, também, extrema gravidade. Hoje, resta muito pouco da exuberante floresta mata atlântica; a poluição ambiental provocada pelos esgotos domésticos das cidades de médio e grande porte e pelos resíduos das indústrias lançados nos rios, baías e oceano sem o devido tratamento e pela degradação das nascentes, assoreamento e contaminação dos rios devido ao uso predatório e indiscriminado de suas águas, sobretudo para irrigação, representa uma grande ameaça aos ecossistemas floresta, cerrado e caatinga no Estado da Bahia.

Constata-se, também, a destruição gradativa das veredas e da cobertura vegetal com sérias repercussões na vida animal devido à crescente utilização das terras para lavoura e pastagem no cerrado. Acentuou-se a vulnerabilidade da caatinga à desertificação devido às condições do clima e relevo presentes no oeste baiano na margem esquerda do rio São Francisco, no nordeste baiano na região Raso da Catarina estendendo-se até Ribeira do Amparo na direção sul e adentrando pelo Estado de Pernambuco e à margem esquerda do lago de Sobradinho.

Ocorre na caatinga a irracionalidade de se implantar lavouras que demandam grande quantidade de água como é o caso do feijão em Irecê, numa região caracterizada pelo déficit hídrico quando o lógico seria utilizar lavouras adaptadas ao meio, isto é que não exigissem grande volume de água. Além disso, muitos açudes construídos para suprir as necessidades da população, das lavouras e do rebanho estão salinizados, tornando-se impréstáveis para o uso humano e animal.

Não têm sido adotadas medidas governamentais preventivas de combate à seca, o que vitima a população, as lavouras e o rebanho pela falta de água e leva os habitantes da caatinga a enfrentar o problema da desnutrição e da fome e o conseqüente êxodo rural.

O desenvolvimento social e ambiental não se realizou no Estado da Bahia em toda a sua história não apenas devido à insensibilidade de seus governantes, mas também à fraqueza da Sociedade Civil organizada, dos sindicatos dos trabalhadores e dos partidos políticos progressistas, que não foram capazes de arrancar do governo do Estado da Bahia e das classes dominantes as concessões necessárias ao atendimento das demandas sociais e ambientais. Essa situação se consolidou na segunda metade do Século XX não apenas em conseqüência

da repressão política exercida pela ditadura militar de 1964 a 1985, mas também, com o império pessoal que, mesmo após o fim do regime militar, vem sendo exercido até o presente momento por Antônio Carlos Magalhães no Estado da Bahia.

Além de esmagar as forças de oposição, o grupo político sob a liderança de Antônio Carlos Magalhães não estabelece relações construtivas com a Sociedade Civil organizada, a não ser com as organizações que lhes são subalternas política e economicamente. Nos últimos 30 anos, nunca houve um momento em que tivesse havido da parte de Antônio Carlos Magalhães e de seus liderados no exercício do governo do Estado da Bahia a tentativa de envolver a Sociedade Civil, de buscar sua participação no esforço desenvolvimentista por eles implementado. Essa postura antidemocrática tem por objetivo exercer na plenitude o poder total em todo o Estado da Bahia.

Os sindicatos de trabalhadores nunca foram fortes na Bahia devido, em primeiro lugar, à repressão policial época na ditadura militar e, em segundo lugar, em face da reestruturação produtiva da década de 90, que o levou a um grande enfraquecimento nas lutas pelas reivindicações econômicas. Por sua vez, os partidos políticos progressistas conseguiram derrotar eleitoralmente Antônio Carlos Magalhães e seu grupo político apenas uma vez em 1986, quando Waldir Pires se elegeu governador. Em alguns municípios do Estado da Bahia como, por exemplo, Vitória da Conquista e Itabuna, dentre outros, os partidos políticos progressistas têm conquistado vitórias eleitorais para a prefeitura e têm realizado boas gestões, dando-lhes um cunho eminentemente social.

Na Bahia, a democratização das estruturas de poder representaria a condição essencial para que houvesse efetiva participação da Sociedade Civil na promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental em bases sustentáveis. Democratizar a estrutura do poder estatal significaria assegurar a alternância nesse poder de forças políticas diametralmente opostas, o que não acontece na Bahia há mais 30 anos, à exceção do período de governo Waldir Pires. Essa seria a condição para que a Sociedade Civil interferisse diretamente no planejamento econômico, social e ambiental do Estado da Bahia e contribuísse no sentido de evitar que os frutos do processo de desenvolvimento tivessem exclusivamente como seus principais beneficiários as oligarquias urbanas e rurais.